

Pensamento chinês: um caminho para ensinar a história da China antiga no Brasil

Chinese thought: a way to teach the History of Ancient China in Brazil

André Bueno²⁴

Artigo recebido em 23 de março de 2023

Artigo aceito em 12 de junho de 2023

Resumo: Em nosso breve artigo, buscaremos discutir como os estudos sobre o pensamento chinês, produzido entre os séculos 6 a 3 aec, podem ser empregados como um caminho profícuo para a compreensão da história chinesa na antiguidade, servindo tanto com fins de pesquisa, quanto para o ensino e debate no campo historiográfico e conceitual.

Palavra-chave: China Antiga; Pensamento Chinês; Sinologia.

Abstract: In our brief article, we will seek to discuss how studies on Chinese thought, produced between the 6th and 3rd centuries BC, can be used as a fruitful way to understand Chinese history in antiquity, serving both for research purposes and for the teaching and debate in the historiographical and conceptual fields.

Keyword: Ancient China; Chinese Thought; Sinology

Entre as muitas possibilidades de trabalharmos com a história da China antiga no Brasil, uma das vertentes que tem se revelado mais profícuo é o ensino e a pesquisa sobre as origens e tradições filosóficas do pensamento chinês. Quando observamos o número de produções feitas no Brasil, entre livros autorais e traduções, percebemos que, proporcionalmente, o interesse pela história do Pensamento na China antiga dispõe uma quantidade de volume muito maior do que manuais de história em geral (BUENO, 2016). As raízes históricas para esse interesse estão vinculadas não só aos estudos da antiguidade oriental no Brasil - e as questões orientalistas que as envolvem - mas também ao fato de que as tradições do pensamento chinês têm atraído o interesse por visões

²⁴ Prof. Dr. Adj. em História Oriental na UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4958851883736557>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4479-4407>

interdisciplinares a partir da filosofia, das ciências da religião, das ciências sociais, da arte e literatura.

Nesse sentido, o presente artigo procura pensar como utilizar esse interesse regular nas tradições filosóficas chinesas como um caminho para compreender as origens culturais dessa civilização. Nos deteremos no período fundamental das revoluções éticas e políticas chinesas, que se desenrolaram entre os séculos 6 e 3aéc, quando as principais teorias políticas chinesas antigas surgiram através de escolas diversas, como o caso da rujia儒家 [escola acadêmica], daoia道家 [daoísmo], fajia法家 [legalismo], entre outras, propondo uma nova ordenação ecológica e política que construiria a instituição Imperial chinesa. Esse é um período histórico bem conhecido em relação à história chinesa, e não nos prenderemos aos seus detalhes formais, que podem ser melhores vistos em trabalhos específicos [SCARPARI, 2009; BUENO, 2012].

Entendemos ainda que, de uma perspectiva modelar [BUENO, 2017], o ensino e a pesquisa do pensamento chinês na antiguidade cumprem uma função fundamental de acessar as raízes da mentalidade dessa civilização, permitindo uma interface direta com seus processos imaginários e históricos. Por outro lado, cumpre sempre lembrar que o exame desse alicerce cultural não pressupõe de forma alguma uma condição de imobilismo histórico, como defendido por vários autores em relação à história da China [BRAUDEL, 2001]. O que se percebe pelo estudo da história das tradições do antigo pensamento chinês são suas características epistemológicas fundamentais [COSTA, 2022] que garantiram o processo de construção original de ideias e valores culturais duradouros.

Como ir até a China antiga?

Sendo uma das civilizações mais antigas do mundo, a China possui uma continuidade histórica praticamente única e, por essa razão, o conjunto de suas tradições e memórias requisita estratégias especiais de abordagem. Por essa razão, consideramos que a análise desenvolvida por François Jullien [2010] de "pensar a partir de um fora" é uma abordagem teórico-metodológica eficaz neste sentido, e pautada em uma longa experiência de estudos sinológicos e filosóficos.

A concepção de 'pensar a partir de um fora' pretender explorar questões culturais, linguísticas e epistemológicas a partir de uma perspectiva que não esteja enraizada somente nas premissas e categorias do pensamento ocidental, mas sim, objetiva romper com as pressuposições epistêmicas eurocentradas e abrir espaço para uma compreensão mais ampla e pluralista da cultura chinesa, por meio de um diálogo intercultural mais profundo e esclarecido.

O cerne dessa abordagem considera que a tradição filosófica e cultural chinesa – notadamente aquela produzida na antiguidade - pode representar um ponto de partida externo para questionar as categorias tradicionais das teorias de pensamento e história ocidentais. Ao invés de limitar-se a tentar interpretar as ideias chinesas através das lentes da filosofia ocidental, 'pensar a partir de um fora' é uma estratégia para que possamos contemplar as singularidades da perspectiva chinesa, e desafiar nossas próprias concepções de mundo. Evitando a tendência de projetar nossos próprios pressupostos culturais e conceituais em outras tradições, cria-se um espaço comum onde as abordagens chinesa e ocidental podem se encontrar, interagir e se enriquecer mutuamente. Essa teoria não busca eliminar as diferenças, mas sim explorar os contrastes para promover uma compreensão mais profunda das múltiplas formas de pensar.

Para a realização desse processo de diálogo intercultural, Jullien propõe ainda que o exercício de 'pensar a partir de um fora' estruturar-se pela dinâmica 'ir e voltar', ou seja, de que há uma metodologia adequada para interrogar a China a partir de suas raízes e origens. A ideia de 'ir' considerar que, em muitos casos, as tradições do Ocidente e da China abordam os mesmos temas de maneira divergente, utilizando conceitos, estruturas de pensamento e categorias distintas. Nesse sentido, 'ir' à China significa não apenas traduzir linguisticamente seus conceitos, mas de tentar reconhecer as diferenças fundamentais nas maneiras pelas quais as culturas concebem e expressam essas ideias, e de como elas podem oferecer soluções diferentes para determinadas questões epistêmicas. Já o movimento de 'voltar' refere-se à capacidade de superar e transcender essas diferenças, alcançando uma possível compreensão mútua, apesar das divergências culturais. Ao invés de buscar equivalências conceituais

diretas, a ideia de 'voltar' busca encontrar nessas diferenças formas de compreensão alternativas, com potencialidades originais. Esse recurso permite ampliar nossas visões teóricas e concepções de mundo, ao mesmo tempo em que aprendemos a respeitar a diversidade das culturas.

O movimento circular do "ir e voltar" é fundamental para evitar a armadilha da interpretação simplista ou estereotipada. Ao invés de buscar um denominador comum ou uma linguagem universal para a comparação, 'ir e voltar' enfatiza a importância de manter as diferenças e, ao mesmo tempo, revelar as relações complexas e inesperadas entre as culturas. É uma estratégia capaz de superar a tendência de hierarquizar culturas, promovendo uma compreensão mais profunda das especificidades e das riquezas intrínsecas a cada cultura. A teoria do "ir e voltar" não se limita, enfim, à mera comparação intercultural, mas serve para ser aplicada em diversos contextos para estimular a reflexão crítica e a abertura a novas perspectivas.

Aplicado ao caso da história antiga chinesa, esse movimento encontra alguns pontos de partida na mentalidade ocidental. Ao interrogar sobre a 'antiguidade chinesa', converge-se em direção a um espaço-tempo sincrônico da história humana, em que diversas iniciativas e produções intelectuais, filosóficas e religiosas se desenvolveram concomitantemente. Por isso, interrogar essas aproximações e diferenças proporciona um panorama de imensa riqueza historiográfica e cultural.

Pensadores brasileiros e a China antiga

Numa dimensão contextual, o interesse pelo pensamento chinês antigo pode ser rastreado dentro de um momento histórico de redescoberta da Ásia pelos europeus, a partir principalmente na segunda metade do século 19. O impacto do imperialismo colonial revelou ao público do ocidente o seu imenso desconhecimento acerca das tradições culturais dessas civilizações amplamente chamadas de 'orientais'. Como sabemos, é desse contexto que nascem as iniciativas orientalistas analisadas por Edward Said [1998] e contempladas criticamente por outros autores como Simon Leys [1983] e Robert Irwin [2008].

No caso do Brasil, podemos observar que os nossos quadros culturais receberam influências diretas desses debates, que proporcionaram uma visão orientalista de cunho nacional [como analisado por MAFRA & STALLAERT, 2016; BUENO, 2021.1 e 2021.2]. Não nos prenderemos aqui aos problemas críticos que envolvem essas construções, mas nos efeitos diretos desse interesse renovado pela Ásia. Os intelectuais europeus vinculados as suas tradições clássicas acreditavam que a compreensão das civilizações asiáticas - das quais enfatizamos aqui o caso da China - só poderia ser feita pela tradução e o estudo de suas fontes originais. Lembremos que é no século XIX que as grandes coletâneas sobre o pensamento Grego e Latino começaram a ser feitas, e a mesma ideia foi reproduzida sobre a extensa literatura disponível na China. A investigação deste imenso corpo literário já estava em curso pelas mãos dos missionários cristãos instaladas no país desde o século 17 [LEBLANC, 2007:19-34]. Contudo, ela agora ganhava uma nova dimensão pelas mãos de acadêmicos que estavam interessados em produzir conhecimento literário, filosófico e estratégico sobre as civilizações asiáticas. Como efeito direto disso, uma nova geração de traduções do pensamento clássico chinês foi empreendida, para que se pudesse acessar e entender as tradições essenciais culturais, sociais e políticas dessa civilização.

Existia, é claro, uma série de estereótipos ligados a essa concepção epistêmica. De certa forma, os europeus acreditavam que assim como suas instituições políticas eram herdeiras de Grécia e Roma, as instituições chinesas eram também herdeiras do seu passado Imperial. Isso ficava ainda mais evidente tendo em vista que a continuidade histórica da monarquia chinesa superava em muito, em termos cronológicos, as tradições dinásticas da própria Europa. Ademais, existia também a atração pelo papel intelectual e religioso desses antigos autores, tal como ocorria com Confúcio孔子 e Laozi老子, que eram usualmente comparados com filósofos gregos ou, de uma perspectiva da teologia, aos santos e figuras importantes das tradições judaico-cristãs; e nisso, claro, estava o toque dos missionários ocidentais [MING, 2020].

Esse movimento resultou do empreendimento de tradução das obras chinesas com razões ligadas a uma agenda política, mas ela também envolvia um

desejo sincero de aprofundamento em conhecer as tradições da civilização chinesa, promovendo um verdadeiro salto no conhecimento literário sobre essa Cultura. Tanto na França como na Inglaterra, projetos de traduções começaram a ser promovidas, com destaque para a *Coleção Sacred Books of the East* [Livros Sagrados do Oriente], que começou a ser publicada em 1879. A coleção combinava a apresentação textos indianos, chineses, persas e árabes, mas buscava preservar a identidade cultural de cada uma dessas civilizações. O lançamento da coleção praticamente catapultou o conhecimento do público sobre as literaturas da Ásia, que agora dispunha de um maior acesso às suas tradições antigas. Ela serviu também para delinear a ideia de 'clássicos do oriente', uma percepção idealizada sobre o que seria necessário ler para que alguém compreendesse o básico sobre algumas dessas 'sociedades orientais' [BUENO, 2019]. Isso se refletiu diretamente na maneira como os autores brasileiros começaram a estudar a China.

Os primeiros trabalhos surgidos no Brasil tinham uma preocupação voltada diretamente para a questão da imigração chinesa para o país, em substituição a mão de obra escravizada afro-brasileira - questão essa analisada nos trabalhos de Lesser [2001] e Lee [2018]. Para justificar seus pontos de vista, os autores brasileiros faziam largo uso não apenas de livros voltados especificamente para a questão da imigração, mas buscavam suporte também em textos sobre a história e a cultura da China, realizando uma série de apropriações de suas teorias e conceitos que denotavam uma compreensão brasileira sobre os pontos de vista defendidos pelos europeus [BUENO, 2021.2].

Ou seja, os primórdios da sinologia brasileira apontavam para a capacidade de seus autores de adaptarem ideias vindas de fora, transcribindo-as dentro de um ponto de vista nacional, e adequando as mesmas às suas percepções de mundo. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Salvador Mendonça [1879] e Henrique Lisboa [1888], que fizeram descrições sobre a China antiga e suas escolas de pensamento, nas quais projetavam suas próprias conclusões a partir da leitura que fizeram de autores franceses, ingleses e norte-

americanos [BUENO, 2021.3]. Foi no Brasil também que a escola filosófica sinológica positivista foi mais bem sucedida na divulgação do estudo de Pierre Lafitte sobre a civilização chinesa [1938]. Por essa razão, podemos afirmar que existia algum interesse entre os brasileiros sobre a China antiga, mas esse mesmo interesse esse limitado pelos recursos e pela literatura disponível em língua portuguesa.

Algumas iniciativas

Isso não impediu, porém, que autores como Ignácio Raposo [fundador da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro] defendesse que autores como Confúcio deveriam ser utilizados como guias éticos e políticos na condução do processo de renovação da cultura brasileira [1939]. Era uma visão ousada, mas que refletia o interesse dos intelectuais brasileiros por visões que não fossem eurocentradas, apesar de toda a força que essas possuíam. Essa atração fez com que o Brasil se transformasse em um espaço interessante de discussão para os trânsitos da cultura chinesa tradicional dentro do ocidente. Após a Segunda Guerra Mundial, o governo de Chiang Kaishek fez um grande esforço para aproximar-se dos Estados Unidos e do Brasil, fazendo circular entre esses países importantes representantes de sua cultura, como foi o caso do escritor Lin Yutang. As obras desse autor foram extensamente traduzidas no Brasil, trazendo para nós uma perspectiva sobre a cultura chinesa que buscava conciliar os seus aspectos tradicionais com a ideia de uma continuidade através da República Chinesa em Taiwan [BUENO, 2015]; e proporcionou o acesso quase direto dos leitores brasileiros a obras fundamentais sobre o passado chinês, tais como a *Sabedoria da China e da Índia* [1948], *A importância de compreender* [1950], *A importância de viver* [1952] e *Minha terra e meu povo* [1952] traziam todos eles ideias e fragmentos das heranças históricas e intelectuais chinesas ancestrais.

Isso fazia com que o leitor brasileiro fosse colocado na posição crucial de tentar compreender a China moderna a partir de suas fundações no passado, e obviamente isso tentava conduzir também a que o leitor compreendesse que movimentos como o comunismo eram desvios no estabelecimento de uma civilização chinesa tradicional e capitalista. Esse foi o mesmo ponto de vista

adotada pelo Frei João Batista Kao, que esteve no Brasil publicando suas obras sobre confucionismo [KAO, 1952] e a Nova República chinesa [KAO, 1953], nas quais enfatizava que as tradições chinesas antigas seguiram como fundamentais para compreender a reorganização da China no contexto contemporâneo conectadas ao capitalismo e ao cristianismo.

A sequência dos acontecimentos mundiais mostrou que essas iniciativas não conseguiram alcançar no plano político os efeitos desejados, mas permitiram que os brasileiros cultivassem um interesse regular sobre a história da China antiga e suas expressões filosóficas. Quando mapeamos a maior parte das obras publicadas entre os anos de 1950 até 1980 [BUENO, 2016], veremos que grande parte delas estava ligada ao revigorado interesse sobre os autores clássicos chineses, desvinculando-se dos problemas políticos contemporâneos da China. Foi uma época de traduções e estudos bastante relevantes dentro do cenário intelectual brasileiro, como o caso da tradução de Confúcio, Laozi, ou os trabalhos sobre os pensamentos asiáticos conduzidos por Murilo Nunes Azevedo [2022] e Humberto Rohden [2022]. Além delas, tivemos o lançamento de obras clássicas da história chinesa antiga como a *Civilização Chinesa* de Marcel Granet [1979], *História da Filosofia Chinesa* de Max Kaltenmark [1977] e *Filosofia: Oriente-Occidente*, com estudos de Chan Wing-tsit [MOORE, 1978].

Nesse sentido é sempre indispensável lembrar o lançamento da obra seminal de Ricardo Joppert, intitulada *O Alicerce Cultural da China* [1979], o primeiro livro brasileiro inteiramente dedicado a um estudo aprofundado das raízes históricas da civilização chinesa, trazendo um conhecimento especializado e atualizado sobre a China antiga. O trabalho de Joppert transformou-se em referência durante décadas, sendo considerado uma obra basilar nos estudos de história antiga produzidos no Brasil.

Desde então, as produções brasileiras sobre China antiga têm encontrado alguma constância, embora predominem as traduções derivadas do inglês e francês. No texto 'Revisões Literárias – a literatura sinológica no Brasil' [BUENO,

2016], podemos constatar que, nos últimos anos, as movimentações culturais e geopolíticas têm estimulado os pesquisadores brasileiros a investirem mais no trabalho de tradução e investigação sobre o passado chinês, provendo um quadro de fontes cada vez maior e mais rico. O projeto *Memórias da Sinologia brasileira* [BUENO, 2022] revela também que no campo da história, filosofia e literatura, os estudos sobre antiguidade chinesa são majoritários, cabendo os estudos contemporâneos ao campo das Relações Internacionais e Economia.

E o que, então, podemos aprender? A China em suas especificidades

Em primeiro lugar, o estudo da antiguidade chinesa, por si só, promove um olhar ampliado sobre outras civilizações não eurocêntricas. A dimensão de 'antiguidade', baseada em percepções restritivas ligadas ao mundo Greco-romano [e eventualmente esticadas ao norte de África e Oriente Médio] não dá conta de explicar os diversos modelos civilizacionais possíveis, e suas pluríversas expressões culturais. O exame do caso chinês antigo apresenta diversas perspectivas filosóficas e políticas alternativas aquelas tradicionalmente conhecidas nos currículos brasileiros sobre antiguidade, revelando a criatividade humana em lidar com os mais variados tipos de problemas e contextos.

Nesse sentido, o estudo do caso chinês também instiga pelas razões de seu sucesso como modelo histórico e civilizacional, evidenciado pela durabilidade de suas instituições, de sua linguagem e de sua capacidade produtiva. Coloca em questão também a relevância dada ao papel das religiões, dos ritos e da educação como condições para a sobrevivência de uma sociedade e de sua cultura; e ainda, desafia a compreender o papel das influências chinesas na história mundial através de suas heranças tecnológicas e intelectuais, convidando ao exame de uma narrativa histórica diferenciada daquelas que encontramos na antiguidade 'ocidental'.

Como temos enfatizado, esse caminho só pode ser realizado se, de fato, investirmos nos períodos matrizes da fundação do pensamento chinês. Os próprios pensadores chineses reinterpretaram sua história e suas ciências, construindo para si mesmos uma mundivisão que só se torna inteligível por meio de seus próprios conceitos e ferramentas. Eles propiciam uma visão alternativa

de realidade, e da necessidade de revisar nossas próprias premissas teóricas sobre o passado – como é o caso, por exemplo, da tradição impraticável de que as ideias filosóficas só poderiam ter surgido no Ocidente dentro de um determinado contexto especial [CHAUI, 2002:15-50]. A abordagem epistêmica – apreendendo os valores centrais do pensamento chinês – tanto quanto as suas diversas expressões modais [rujia/acadêmicos confucionistas, daoia/daoísmo, fajia/legalismo, bingjia/militares, entre outras] consolidam uma grande riqueza de possibilidades interpretativas, dando cabedal a reflexões de maior escopo.

Em sentido diverso, essas mesmas as ideias filosóficas da China antiga têm sido renovadas, tanto no nível acadêmico quanto no ambiente público. Diversas iniciativas têm buscado promover uma aproximação com essas raízes histórico-filosóficas da China, tentando compreender a razão de sua perenidade e as questões sociais, culturais e existenciais aos quais eles buscaram responder. Nos anos de 1970, autores como Alan Watts trabalharam em cima de ideias daoístas de desprendimento e vivência ecológica como uma forma de expressão contracultural e anti-hegemônica [1991, 2002 e 2009]; enquanto isso, no Brasil, Murilo Azevedo [1987] concebia uma aproximação legítima com o pensamento chinês, não filtrada por tendências cristãs como nos estudos de Kao [1952]. Ricardo Mário Gonçalves [1976] lançou trabalhos fundamentais para a compreensão do Budismo como uma expressão cultural e filosófica complexa e distinta daquelas que podemos classificar superficialmente como religiosas. Essas aproximações tornaram-se uma tendência como forma de abordar o pensamento chinês antigo. Em períodos mais recentes, autoras como Yudan [2001] ou Michael Puett [2011] produziram experiências de sucesso ao propor que as ideias da antiguidade chinesas poderiam ser vivenciadas e aplicadas nos dias de hoje, renovando o nosso agir ético no mundo. Nesse caso, a ideia de ‘pensar a partir de um fora’ é alcançada em sua máxima expressão, trazendo o ‘fora da China’ para dentro do pensar ocidental, ampliando possibilidades psicológicas, cognitivas e imaginárias. Há muitos trabalhos de vulgarização, produzidos no Brasil, que buscam realizar associações interdisciplinares das ‘sabedorias chinesas’ com os mais diversos campos, como administração,

medicina, autoajuda, educação física, educação, entre outras. A par de algumas iniciativas bem-sucedidas, são matérias de qualidade bastante desequilibrada, muitos ainda estruturados em visões superficiais, mas que tentam dar conta de associar algumas ideias chinesas com as formas de pensamento brasileiras/ocidentais.

Noutro sentido, mesmo que o aprendizado sobre o pensamento chinês antigo não conduza a uma hibridização de ideias, ele pode ser empregado como um excelente recurso para compreender os processos epistêmicos de produção de conhecimento. Felipe Armesto [2012] realizou um excelente trabalho nesse sentido, ao interrogar as mais diversas tradições culturais para compreender como elas entendiam, explicavam e aplicavam determinados conceitos e ideias. Fazendo amplo uso das mais variadas vertentes do pensamento chinês, ele demonstrou como diversos conceitos foram entendidos e trabalhados ao longo da história em um processo comparativo fértil e enriquecedor, capaz de expandir nossos horizontes intelectuais. Esse tipo de processo de construção de conhecimento permite inferências ricas; uma delas em curso, por exemplo, é uma pesquisa sobre a implantação do daoísmo no Brasil [COSTA, 2019]; temos ainda a produção de trabalhos inovadores sobre confucionismo produzidos dentro do âmbito do pensamento brasileiro [SINEDINO, 2012; BUENO, 2021.4; COSTA, 2022].

Por fim, cumpre salientar que o contato com outras estruturas filosóficas, como é o caso da chinesa, compõe um elemento fundamental no processo educacional que pretende a diversidade e a interculturalidade. Os casos recentes de xenofobia, preconceito e racismo impingidos aos povos de origem asiática no Brasil [e a chocante constatação da incapacidade de diferenciar chineses, japoneses e coreanos], por ocasião da epidemia de Covid19, mostram o total despreparo em assimilar, respeitar e incluir a diferença como parte do roteiro existencial de parte significativa dos brasileiros. O acesso as antigas tradições do pensamento chinês, por conseguinte, nos permitem vislumbrar um ponto de contato para a construção desse conhecimento sobre o 'outro', um

percurso de ida e volta que finalmente abre as portas de nossas percepções histórico-interculturais.

Referências

- ARMESTO, Felipe F. Ideias que mudaram o mundo. São Paulo: Arx, 2012.
- AZEVEDO, Murilo. O pensamento do Extremo Oriente'. São Paulo: Pensamento, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BUENO, André. Clássicos do Oriente. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria. (Org.). Orientalismo conectado. 1ed. Rio de Janeiro: Edições Sobre Ontens, 2019, v. 1, p. 5-18.
- BUENO, André. Confucius in Brazil: An Epistemological (and Historical) Problem. In: Jana S. Rosker; Natasha Visočnik. (Org.). Contemporary East Asia and the Confucian Revival. 1ed. Cambridge: Cambridge Scholar Publishing, 2015, v. 1, p. 113-129.
- BUENO, André [org.]. Memórias da Sinologia brasileira. Disponível em: <http://www.china-studies.taipei/act02.php> acessado em 09-08-2023.
- BUENO, André. 'Ensinando a História da China: Como fazer?'. REVISTA TEMPO, ESPAÇO E LINGUAGEM, v. 8, p. 56-67, 2017.
- BUENO, André. Brazilian Orientalism and Sinology in 19th Century. Academia Letters, v. 1, p. 1-5, 2021.1
- BUENO, André. Daoísmo e Confucionismo. São Paulo: Escala, 2021.4.
- BUENO, André. Estudos sobre Confúcio no Brasil: a gênese de um problema. Mythos, v. XI, p. 12-36, 2021.3
- BUENO, André. Extremo Oriente na Antiguidade vol. 1. Rio de Janeiro: CEDERJ / UAB, 2012.
- BUENO, André. Revisões literárias: a literatura sinológica no Brasil. Rio de Janeiro: Pro.Ori./UERJ, 2016.

BUENO, André. Sinology in the Brazilian Empire. *Academia Letters*, v. 1, p. 1-6, 2021.2

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia, vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002:15-50.

COSTA, Matheus O. Textos selecionados de filosofia chinesa I: áreas de investigação e perspectivas comparadas. Pelotas: NEPFIL Online, 2022.

COSTA, Matheus. Confucionismo: uma abordagem intercultural. São Paulo: Intersaberes, 2021.

COSTA, Matheus. Daoísmo tropical: a transplatação do daoísmo no Brasil. São Paulo: Fontes, 2019.

GONÇALVES, Ricardo. Textos budistas e zen budistas. São Paulo: Cultrix, 1976.

GRANET, Marcel. Civilização Chinesa. Rio de Janeiro: Otto Pierre/Ferni, 1979.

'Huberto Rohden' in BUENO, André [org.]. *Orientalistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2022. Disponível em <https://orientalistasbrasil.com/p/huberto-rohden.html> acessado em 09-08-2023

IRWIN, Robert. Pelo amor ao saber. Rio de Janeiro: Record, 2008.

JOPPERT, R. O Alicerce Cultural da China. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

JULLIEN, François. "Pensar a partir de um fora (a China)". *Revista Periferia* vol.2, n.1, jan.-jun.:2010, 1-20.

KALTENMARK, M. Filosofia Chinesa. Lisboa: Ed.70, 1977.

KAO, João Batista Se-t sien. A filosofia política e social do Confucianismo. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

KAO, João Batista Se-t sien. Confucianismo e Tridemismo. Rio de Janeiro: Franciscanos, 1953.

LAFFITTE, Pierre. Considerações gerais sobre o conjunto da civilização chinesa e sobre as relações do Ocidente com a China. Trad. Generino dos Santos. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1938 [original, 1861].

LEBLANC, Charles. *Profession Sinologue*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2007.

LEE, Ana Paulina. *Mandarin Brazil: Race, Representation, and Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LEYS, Simon. 'Orientalism and Sinology' in *The Burning Forest*. New York: New Republic, 1983.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. *A China e os Chins. Recordações de viagem do Ex. Secretário da Missão Especial do Brasil a China*. Montevideo: Typ. a vapor de A Gobel, 1888.

MAFRA, Adriana Mafra e STALLAERT, Christiane. "Orientalismo Crioulo: Dom Pedro II e o Brasil do Segundo Império" In *Iberoamericana*, Pittsburgh XVI, n.63, 2016: 149-168.

MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores Asiáticos*. New York: Typographia do Novo Mundo, 1879.

MING, Dong Gu. "Sinologismo, visão de mundo ocidental e a perspectiva chinesa" in BUENO, André. *Sinologia Hoje*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2020:79-90.

MOORE, Charles. (org.) *Filosofia; Oriente, Ocidente*. São Paulo: Cultrix-Usp, 1978.

'Murilo Nunes Azevedo' in BUENO, André [org.]. *Orientalistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2022. Disponível em <https://orientalistasbrasil.org.br/murillo-nunes-de-azevedo.html> acessado em 09-08-2023

PUETT, Michael e GROSS-LOH, Christine. *O Caminho da vida*. Lisboa: Lua de Papel, 2016.

RAPOSO, Ignácio. *A Filosofia de Confúcio*. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1939.

SAID, Edward. *Orientalismo: a invenção do oriente pelo ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCARPARI, Maurizio. *China antiga*. São Paulo: Folio, 2009.

SINEDINO, Giorgio. *Os Analectos*. São Paulo: EdUNESP, 2012.

WATTS, Alan. *O Que é Tao?* São Paulo: Verus, 2009.

WATTS, Alan. *O Tao da Filosofia*. São Paulo: Fissus, 2002.

WATTS, Alan. *Tao o Curso do Rio*. São Paulo: Pensamento, 1991.

YU Dan, *Confúcio com amor*. São Paulo: Best Seller, 2010.